

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima, Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

ATA DE AUDIÊNCIA EXTRAJUDICIAL

1. Dados gerais

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO	Debater o Plano Estadual de Vacinação contra a COVID-19
DATA/HORÁRIO	14/04/2021, às 10:00
LOCAL	Reunião virtual pela plataforma Teams.

2. Participantes

NOME	ÓRGÃO
Eny Marcos Vieira Pontes	Promotor de Justiça da 12ª PJ
Marlúcia Gomes Evaristo	Promotora de Justiça da 28ª PJ
Geysa Elane Sá	Auditora de Controle Externo TCE/PI
Rodrigo Amorim Oliveira Nunes	Presidente do CREFITO
Vinícius Aguiar	Conselho Regional de Odontologia
Sérgio Sá	CRO/PI
Felipe Pandolfi Vieira	Auditor de Controle Externo TCE/PI
Laurimary Caminha Veloso	Diretora de Atenção Básica/FMS
Daniella Haickel	Conselho Regional de Psicologia
Mirian Parente	Vice Presidente/CRM PI
Williams Cardec	Comissão de Saúde da OAB/PI
Maria Elizabeth Queiroz	ANVISA
Leone Maria Damasceno	COREN/PI

3. Debates

Inicialmente, o Promotor de Justiça Eny Marcos fez uma retrospectiva dos encaminhamentos estabelecidos na última audiência (07/04), oportunidade em que destacou que nenhum dos dois encaminhamentos destinados à SESAPI foram cumpridos, quais sejam:

a) disponibilização ao MPPI e TCE/PI, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, todo o inventário realizado com as vacinas da Rede de Frios e que embasou a decisão da CIB;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440
CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

b) Informar previamente ao MPPI e TCE, com devido envio de link, sobre as próximas audiências da CIB.

Diante do não cumprimento, o Promotor de Justiça determinou que fossem reiterados na data de hoje os referidos encaminhamentos. Ademais, ele informou a todos os presentes que os dois representantes da SESAPI convidados para a presente audiência, sr. Herlon Guimarães e dra. Cristiane Moura Fé, não compareceriam a esta reunião, sem que fosse apresentado, contudo, justificativas plausíveis por parte deles.

Já no que concerne ao encaminhamento destinado à FMS, que seria a solicitação de apoio da Guarda Municipal para aumento do efetivo nos postos de vacinação, a diretora de atenção básica da fundação, sra. Laurimary Caminha, informou que estavam tentando aumentar o quantitativo de guardas, mas o baixo número disponível era um empecilho. Dr. Eny Marcos então relatou que há alguns anos tramitou na 29ª PJ de Teresina procedimento na qual se buscava o aumento do efetivo nas UBS, informando que encaminhará a documentação devida à FMS.

Dando seguimento aos debates, o Dr. Eny Marcos destacou que segundo o Ministério da Saúde aproximadamente um milhão e meio de pessoas não retornaram para tomar a segunda dose em todo o país. Diante disso, ele indagou se existe alguma estratégia da FMS para conscientização dessas pessoas, bem como divulgação em mídias para retorno.

Sobre o tema, a diretora de Atenção Básica da FMS, sra. Laurimary Caminha, relatou que está sendo feito um levantamento dos faltosos da segunda dose. Além disso, na data de ontem e de hoje representantes da FMS estão se dirigindo a veículos de comunicação para destacar a importância da segunda dose. Ela informou que essas medidas serão intensificadas, bem como também focará no comportamento do imunizado pós-vacina, como o isolamento social e uso de máscaras.

Ademais, Dr. Eny Marcos questionou o que a FMS estuda para a eventual vacinação de estudantes residentes de cursos de saúde, que alegam que geralmente são

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima, Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

destacados para atuação em área COVID. Sobre isso, a sra. Laurimary Caminha relatou que atualmente a FMS recebeu diversas solicitações dos estudantes, além de processos de judicialização desses residentes. A CIB também teria determinado essa vacinação, porém não encaminhou doses à FMS para que isso fosse feito. Ela ressaltou que não foram solicitadas essas doses porque havia a expectativa de que a resolução CIB fosse alterada. Outrossim, a sra. Laurimary destacou que existe também a necessidade de vacinação dos preceptores. A dra. Mirian Parente compartilhou da mesma preocupação, uma vez que os residentes e internos fazem atendimentos direto aos pacientes e que inclusive um residente do Natan Portela morreu contaminado pelo Coronavírus.

Em acréscimo, a sra. Laurimary comunicou que, no que concerne aos pacientes renais crônicos, apenas os dialíticos foram contemplados na resolução CIB e não os transplantados renais.

Em seguida, o presidente da Comissão de Saúde OAB/PI, dr. Williams Cardec, relatou que foi procurado pelos transplantados hepáticos para obter o mesmo benefício dos pacientes renais. Além disso, ele indagou se a vacinação de pessoas com deficiência continua, repudiando ainda a ausência dos representantes da SESAPI na presente audiência. Em resposta, a dra. Marlúcia Gomes informou que na última reunião, a SESAPI mandou representante que não tinha conhecimento sobre o tema, relatando ainda que expediu recomendação administrativa para que fosse realizada busca ativa das pessoas com deficiência para imunização destes, porém a SESAPI segue omissa. Já a FMS, de acordo com a Promotora de Justiça, teria informado que o único critério para vacinação das pessoas com deficiência seria a ordem do agendamento e não as comorbidades de cada um.

A sra. Laurimary relatou que a demora na vacinação de pessoas com deficiência estagnou na faixa de idosos acima de 60 anos com comorbidades pela baixa remessa de doses, exemplificando que, nas duas remessas enviadas até o

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440
CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

momento, sequer chegam a 300 (trezentas) doses.

Na sequência, com a palavra, o auditor do controle externo do TCE, sr. Felipe Pandolfi informou que são 3.445 pessoas com a 2ª dose em atraso de coronavac, ou seja, que não se vacinaram no intervalo de 28 dias, destacando a necessidade da busca ativa desses pacientes pela FMS. Ademais, se comprometeu a encaminhar a lista dessas pessoas à FMS e ao MPPI.

Após, a sra. Leone Maria, representante do COREN, informou que existem enfermeiros recém contratados para a área COVID na MDER que não estão conseguindo se vacinar. Ela ainda requer maior sensibilidade dos gestores para a vacinação desses profissionais. Em resposta, a sra. Laurimary comunicou que não basta o agendamento pela unidade de saúde, mas também pelo profissional de saúde, bem como a documentação exigida, solicitando os nomes desses profissionais para verificação do que está ocorrendo.

Com a palavra, a dra. Daniella Haickel, do CRP 21, destacou que as falhas na CIB refletem a desorganização e falta de planejamento na elaboração das medidas de distribuição das doses.

A sra. Maria Elizabeth Queiroz, coordenadora da ANVISA, indagou se os profissionais da Vigilância Sanitária federais serão vacinados, uma vez que os do município de Teresina já foram, destacando que a classe recepciona as pessoas que chegam ao estado no aeroporto de Teresina. São esses profissionais que, de acordo com ela, atuam em casos de possíveis infectados em aeronaves. Ademais, ela relatou que a equipe diminuta de apenas cinco servidores, agora conta com apenas quatro, pois um foi vítima da COVID-19. Ela informou que foi enviado ofício à FMS para a vacinação dos profissionais da ANVISA, porém não obteve resposta. Em resposta, a representante da FMS comunicou que somente ontem à tarde recebeu o ofício de solicitação da ANVISA, que será analisada para melhor resposta e encaminhamentos.

Dando prosseguimento ao debate, o dr. Rodrigo Nunes, presidente do CREFITO-14, reforçou a posição de que a FMS dificulta o acesso a resposta aos ofícios

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima, Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

encaminhados. Ele relatou que está sendo feito um questionário com fisioterapeutas que já foram infectados com coronavírus, além de 94% dos que já responderam ao questionário foram imunizados recentemente. Outrossim, ele chamou a atenção para a real necessidade da vacinação dos internos e residentes dos hospitais.

Aproveitando a fala, o Dr Eny Marcos questionou se os conselhos já têm um levantamento do quantitativo de estudantes internos e residentes de hospitais que deveriam ser vacinados. Os representantes dos conselhos acordam em oficial conjuntamente as faculdades para ter um quantitativo exato desses estudantes, recebendo do Ministério Público um prazo de cinco dias para cumprimento.

Com a palavra, a auditora de controle externo do TCE, sra. Geysa Elane, refletiu que as discussões da audiência reforçam a falta de critérios pela SESAPI dentro da CIB para vacinação de servidores da SESAPI, quando faltam vacinas para grupos realmente prioritários, como os idosos e deficientes. Ademais, sublinhou que a FMS realmente é omissa na resposta de ofícios, exemplificando com os termos de responsabilidade de recebimento das vacinas pelas clínicas privadas, que ainda carece de cumprimento por parte da fundação. Ela destacou ainda a necessidade do presidente da FMS se fazer presente nas reuniões CIB para que apresente as demandas e a realidade da vacinação na cidade, auxiliando nos debates também nessas audiências extrajudiciais do MPPI.

Outrossim, a sra. Geysa Elane explanou sobre nova plataforma formulada pelo TCE do Mato Grosso, com o intuito de monitorar dados da vacinação. Ela solicitou que todas as prefeituras respondam a um questionário simples, a fim de auxiliar na alimentação dessa plataforma.

A dra. Daniella Haeickel indagou se existem casos em Teresina de frascos da coronavac com doses a menor do que o esperado, consoante tem sido noticiado em outros estados. A sra. Laurimary comunicou que ainda não foi relatado nenhum caso do tipo aqui na capital. Em resposta, o Dr Eny Marcos informou que existe um canal

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima,
Teresina – PI. CEP: 64049-440
CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

para esse tipo de denúncia da secretaria municipal de saúde com o Ministério da Saúde.

O Promotor de Justiça Eny Marcos questionou se além dos idosos, os demais grupos de imunizados tem tido resistência para tomar a segunda dose. A sra. Laurimary relatou que a maior falta na 2ª dose tem sido no grupo de idosos.

O Promotor de Justiça informou a todos os presentes da **realização de nova audiência sobre o Plano Estadual de Vacinação a ser realizada na quinta-feira (22/04), às 10h.**

4. Encaminhamentos

4.1	29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
	a) Encaminhar à Diretoria de Atenção Básica da FMS cópia de documentos na qual é solicitado apoio à Polícia Militar e Guarda Municipal para reforço na segurança das unidades de saúde.
4.2	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
	a) Fornecer ao TCE/PI e MPPI, no prazo de 05 (cinco) dias, os termos de responsabilidades de aplicação de vacinas preenchidos pelos responsáveis das clínicas privadas que receberam doses. b) Encaminhar instrutivo para a 33ª Promotoria de Justiça de Teresina, consoante combinado em audiência
4.3	12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
	a) Oficiar a SESAPI, com cópia à PGJ MPPI, para que informe previamente os links para audiências da CIB.
4.4	CONSELHOS DE CLASSE PRESENTES NA AUDIÊNCIA (CRM, COREN, CREFITO-14, CRP 21 e CRO)
	a) Oficiar as faculdades para que apresentem lista com alunos internos e residentes em hospitais, juntamente com seus preceptores, com posterior envio ao MPPI, no prazo de cinco dias.
4.5	DUVAS/SESAPI
	a) Disponibilização ao MPPI e TCE/PI, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima, Teresina – PI. CEP: 64049-440 - CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

	todo o inventário realizado com as vacinas da Rede de Frios e que embasou a decisão da CIB.
--	---

E para constar, de ordem do Promotor de Justiça da 12ª PJ, eu, Renan Barros Moura Costa, encerrei a presente ata.

ENY MARCOS VIEIRA PONTES
Promotor de Justiça - 12ª PJ